



**Poder Judiciário
Do Estado de Sergipe**

POÇO VERDE DA COMARCA DE POÇO VERDE
Av. São José, Bairro Centro, Poço Verde/SE, CEP 49490000
Horário de Funcionamento: 07:00 às 13:00

Dados do Processo

Processo: 201979000374	Distribuição: 26/02/2019
Número Único: 0000379-18.2019.8.25.0061	Competência: Poço Verde
Classe: Procedimento Comum	Fase: POSTULACAO
Situação: Andamento	Processo Principal: *****
Processo Origem: *****	

Assuntos

- DIREITO PROCESSUAL CIVIL E DO TRABALHO - Partes e Procuradores - Assistência Judiciária Gratuita
- DIREITO CIVIL - Responsabilidade Civil - Seguro Obrigatório - Invalidez

Dados das Partes

Requerente: DENISON PAIXÃO RABELO DE SANTANA

Endereço:

Complemento:

Bairro:

Cidade: POCO VERDE - Estado: SE - CEP: 49490000

Advogado(a): DENISSON ALVES CURVELO 7806/SE

Requerido: SEGURADORA LIDER

Endereço: Rua Senador Dantas

Complemento: 15º Andar

Bairro: Centro

Cidade: Rio de Janeiro - Estado: RJ - CEP: 20031205



**Poder Judiciário
Do Estado de Sergipe**

**POÇO VERDE DA COMARCA DE POÇO VERDE
Av. São José, Bairro Centro, Poço Verde/SE, CEP 49490000
Horário de Funcionamento: 07:00 às 13:00**

Processos Apensados:

--

Processos Dependentes:

--



Poder Judiciário
Do Estado de Sergipe

POÇO VERDE DA COMARCA DE POÇO VERDE
Av. São José, Bairro Centro, Poço Verde/SE, CEP 49490000
Horário de Funcionamento: 07:00 às 13:00

PROCESSO:

201979000374

DATA:

26/02/2019

MOVIMENTO:

Distribuição

DESCRIÇÃO:

Registro eletrônico de Processo Judicial sob nº 201979000374, referente ao protocolo nº 20190225155304270, do dia 25/02/2019, às 15h53min, denominado Procedimento Comum, de Assistência Judiciária Gratuita, Invalidez.

LOCALIZAÇÃO:

Secretaria

PUBLICAÇÃO:

Sim

EXCELENTÍSSIMO SENHOR JUIZ DE DIREITO DA COMARCA DE POÇO VERDE – ESTADO DE SERGIPE.

DENISON PAIXÃO RABELO DE SANTANA, brasileiro, convivente, inscrito no Cadastro de Pessoa Física com os nº 062.311.745-22, residente na Rua João XXIII, 30, Bairro Nação, Poço Verde-SE, CEP 49490-000, através do advogado infrafirmado, com instrumento de procuração anexa e endereço profissional descrito na nota de rodapé, propõe AÇÃO DE COBRANÇA DE SEGURO DPVAT em desfavor da SEGURADORA LÍDER S/A, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas com os números 09.248.608/0001-04, com sede na Rua Senador Dantas, 74, 5º, 6º, 9º, 14º e 15º andares, Centro, Rio de Janeiro-RJ, CEP 20031-205, pelos fatos e fundamentos a seguir expostos.

DA JUSTIÇA GRATUITA

O Requerente possui renda mensal de um salário-mínimo, oriundo de um benefício de prestação continuada (LOAS).

Em virtude disso e baseado na previsão do artigo 5º, inciso LXXIV, da Constituição da República, de que o Estado prestará assistência jurídica integral e gratuita aos que comprovarem insuficiência de recursos, afirma o seu estado de pobreza.

Nesse aspecto, é contundente a legislação infraconstitucional ao reafirmar o que é dito na Carta Magna. A Lei 1.060/1950 (Lei de Assistência Judiciária) destaca em várias passagens o direito de a parte gozar dos benefícios da justiça gratuita caso se declare necessitada. Vejamos uma delas:

Art. 4º. A parte gozará dos benefícios da assistência judiciária, mediante simples afirmação, na própria petição inicial, de que não está em condições de pagar as custas do processo e os honorários de advogado, sem prejuízo próprio ou de sua família.

§ 1º. Presume-se pobre, até prova em contrário, quem afirmar essa condição nos termos desta lei, sob pena de pagamento até o décuplo das custas judiciais.

Dessa forma, o Requerente faz jus à concessão dos benefícios da assistência judiciária gratuita, eis que declara não possuir condições de arcar com o pagamento das custas processuais da presente demanda sem prejuízo do seu mantimento e de sua família.

DOS FATOS

O Requerente foi vítima de acidente automobilístico no dia 11 de agosto de 2014, conforme Relatório de Ocorrência anexo, enquanto conduzia uma motocicleta marca Honda, modelo Pop 100, cor vermelha, placa OE06997, Chassi 9C2HB0210CR035724, nas imediações da Rodovia Pedro Almeida Valadares, próximo ao atual Posto de Combustíveis Natuba, nesta Cidade.

Na ocasião, o Requerente sofreu artrose do quadril esquerdo + sequela neurológica em membro inferior esquerdo (Lesão do componente fibular do nervo ciático), conforme laudo pericial anexo.

Diante disso, depois de meses de recuperação, o Autor requereu junto ao Instituto Nacional do Seguro Social – INSS um benefício de prestação continuada, sob o argumento de ter adquirido invalidez, o qual fora deferido (carta de concessão de benefício anexa).

Por volta do mesmo período, também postulou administrativamente o recebimento do Seguro DPVAT¹ por invalidez permanente. Entretanto, embora tenha juntado a documentação necessária, o pagamento jamais foi feito pela Requerida, a qual, desde o ano de 2017, vem dizendo que sua autorização não se encontra concluída, devido a uma suposta exigência documental.

¹ DPVAT - Danos Pessoais Causados por Veículos Automotores de Via Terrestre ou por sua Carga a Pessoas Transportadas ou Não.

Dessa forma, o Requerente busca o Poder Judiciário para ver seu direito ao referido seguro ser finalmente viabilizado.

DOS DIREITOS

O direito do Requerente encontra amparo na legislação pátria. A Lei 6.194/1974 determina em seu artigo 5º que o pagamento da indenização deve ocorrer mediante simples prova do acidente e do dano ocorrido.

Com efeito, considera-se invalidez a perda ou redução da funcionalidade de um membro ou órgão. Essa perda ou redução é indenizada pelo Seguro DPVAT quando resulta de um acidente causado por veículo e é permanente, ou seja, quando a recuperação ou reabilitação da área afetada é dada como inviável ao fim do tratamento médico (alta definitiva). Assim, a invalidez é considerada permanente quando a funcionalidade do órgão ou membro é afetada integralmente ou em parte.

Nesse sentido, dispõe o artigo 3º da Lei 6.194/1974 que:

Art. 3o. Os danos pessoais cobertos pelo seguro estabelecido no art. 2o desta Lei compreendem as indenizações por morte, por invalidez permanente, total ou parcial, e por despesas de assistência médica e suplementares, nos valores e conforme as regras que se seguem, por pessoa vitimada:

a) (revogada);

b) (revogada);

c) (revogada);

I - R\$ 13.500,00 (treze mil e quinhentos reais) - no caso de morte;

II - até R\$ 13.500,00 (treze mil e quinhentos reais) - no caso de invalidez permanente; e

III - até R\$ 2.700,00 (dois mil e setecentos reais) - como reembolso à vítima - no caso de despesas de assistência médica e suplementares devidamente comprovadas.

Logo, considerando que o Requerente não recebeu pelas vias administrativas o que lhe é garantido legalmente no caso da sua invalidez, é tempestiva a alternativa em

socorrer ao Poder Judiciário para exigir da Requerida a devida indenização pelas sequelas ocasionadas pelo acidente.

DOS PEDIDOS

Ante o exposto, requer seja a presente petição e os documentos que a acompanham regularmente recebida, autuada e distribuída por este Juízo, bem como:

1) a concessão dos benefícios da assistência judiciária gratuita, nos termos da Lei 1.060/1950, uma vez que o Requerente se declara pobre e impossibilitado financeiramente de arcar com o pagamento das custas processuais pertinentes ao caso sem prejuízo de seu sustento e de sua família;

2) A citação da Requerida para, se quiser, responder aos termos da presente sob pena de revelia, contudo, dispensa a designação de audiência de conciliação, nos termos do artigo 334, § 4º, I e § 5º, do Código de Processo Civil;

4) d) A condenação da Requerida ao pagamento de juros, correção monetária no que couber, a partir da data do acidente;

5) a condenação da Requerida ao pagamento de honorários advocatícios no percentual equivalente a 20% (vinte inteiros por cento) sobre a condenação, na forma do artigo 85 CPC.

O Requerente provará o alegado por todos os meios admitidos em direito e necessários à solução da controvérsia, em especial pela juntada de documentos e, caso necessário, a realização de perícia, uma vez que a esta petição acompanha Laudo Pericial feito por perito público a época do fato; tudo desde já requerido.

Atribui-se à causa o valor de R\$ 13.500,00 (treze mil e quinhentos reais).

Poço Verde, 25 de fevereiro de 2019.

DENISSON ALVES CURVELO

Advogado – OAB-SE 7.806

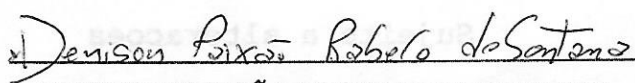
PROCURAÇÃO

OUTORGANTE: **DENISON PAIXÃO RABELO DE SANTANA**, brasileiro, convivente, agricultor, inscrito no Cadastro de Pessoa Física com os nº 062.311.745-22, residente e domiciliado na Rua João XXIII, 30, Bairro Nação, Poço Verde, Sergipe.

OUTORGADO: **DENISSON ALVES CURVELO**, advogado inscrito nos quadros da Ordem dos Advogados do Brasil, Seccional de Sergipe, com os nº 7806, residente profissionalmente na Praça Tancredo Neves, 14, Centro, Poço Verde, Sergipe, CEP 49.490-000, Telefone 79-99989-1156, endereço eletrônico denissoncurvelo.adv@gmail.com.

PODERES: Para o foro em geral, bem como os enumerados no artigo 105 do Código de Processo Civil, vedado receber citação inicial, podendo substabelecer, no todo ou em parte, desistir, transigir, receber, dar quitação, levantar quantias depositadas ou oriundas de alvará judicial, firmar acordos, compromissos e apresentar declarações de qualquer natureza, recusar em qualquer juízo ou grau de jurisdição, impugnar, praticar quaisquer atos em defesa do Outorgante, representando-o junto a repartições públicas, praticar todos os atos necessários ao desempenho do mandato por esta instrumentalizado.

Poço Verde-SE, 13 de dezembro de 2018.


DENISON PAIXÃO RABELO DE SANTANA

VÁLIDA EM TODO O TERRITÓRIO NACIONAL

REGISTRO GERAL 2.429.064-0 2.VIA DATA DE EXPEDIÇÃO 06/10/2016

NOME
DENISON PAIXAO RABELO DE SANTANA

FILIAÇÃO
JOSE CORREIA DE SANTANA
MARIA DO CARMO RABELO DE SANTANA

NATURALIDADE
POCO VERDE-SE DATA DE NASCIMENTO
17/04/1992

DOC ORIGEM
CT. NASCIM. NR 11971 LV A-15 FL 017
EART.3 OFICIO.DIST.COM.POCO VERDE/SE
062.311.745-22

ASSINATURA DO DIRETOR
LEI Nº 7.116 DE 29/08/83



Bradesco

Dia & Noite

BDN - BRADESCO DIA E NOITE
EXTRATO CONTA CORRENTE TERM.054682

DENISON PAIXAO RABELO DE SANTANA 15:51 HRS
AGENCIA 5983 CONTA 0002582-8 13/DEZ/2018

DISPONIVEL
= TOTAL DISPONIVEL 0,13
+ CONTA CORRENTE 0,13
TOTAL DE RECURSOS 0,13
SALDO DISP. P/INVEST. 0,13
LIMITES DE CREDITO
LIMITE EM CONTA 300,00
LIMITE UTILIZADO 0,00
LIMITE A UTILIZAR 300,00
CREDITO PESSOAL 2.000,00
LIMITE UTILIZADO 0,00
LIMITE A UTILIZAR 2.000,00

MOVIMENTACAO CONTA CORRENTE

-----NOVEMBRO/2018-----

DIA	HISTORICO	N.DOCTO	VALOR
	SALDO ANTERIOR		0,03
14	TARIFA BANCARIA 0121118		16,50-
	CESTA B.EXPRESSO4		
	S A L D O		16,47-
-----DEZEMBRO/2018-----			
03	CREDITO DO INSS 0035983		954,00
	APL.INVEST FAC 1970204		936,53-
	S A L D O		1,00
04	RESG INVEST FAC 1970204		10,00
	ENC LIM CREDITO 1453168		1,33-
	ENCARGO - 13,33%		
	IOF UTIL LIMITE 1453168		0,08-
	S A L D O		9,59
05	RESG INVEST FAC 1970204		926,54
	SAQUE CARTAO CB 5983081		936,00-
	ESPECIE		
	SALDO TOTAL		0,13



GOVERNO DO ESTADO DE SERGIPE
SECRETARIA DE ESTADO DA SEGURANÇA PÚBLICA
SUPERINTENDÊNCIA DA POLÍCIA CIVIL

POLÍCIA ON-LINE



DELEGACIA DE POLÍCIA DE POÇO VERDE

RUA 15 DE NOVEMBRO, CENTRO FONE:() 3549-1550

Boletim de Ocorrência 2014/06579.0-000415 - Alterado

DELEGACIA RESPONSÁVEL

Nome: DELEGACIA DE POLÍCIA DE POÇO VERDE

Endereço: RUA 15 DE NOVEMBRO, CENTRO FONE:() 3549-1550

FATO

Natureza: FATO ATÍPICO

Data e Hora do Fato: 11/08/2014 - 18:00 até 11/08/2014 - 18:00

Endereço: RODOVIA QUE LIGA POÇO VERDE A Número: Complemento: CEP: 49490-000

Bairro: Nação Cidade: POCO VERDE - SE Circunscrição: DELEGACIA DE POLÍCIA DE POÇO VERDE

Tipo de local: VIA PUBLICA Meio Empregado: NENHUM

NOTICIANTE

Nome: GICELIA RIBEIRO DE SANTANA

Nome do pai: JOSÉ CARLOS DE JESUS SANTANA Nome da mãe: VALDELICE SILVA RIBEIRO

Pessoa: Física CPF/CGC: 000.000.000-00 RG: 9968970 UF: SE Órgão expedidor:

Naturalidade: POCO VERDE Data de nascimento: 10/05/1973 Sexo: Feminino Cor da cútis:

Profissão: PROFESSORA Estado civil: Não informado Grau de instrução:

Endereço: CONJUNTO JOÃO EMÍDIO DOS SANTOS Número: 97 Complemento:

CEP: 49.490-000 Bairro: NAÇÃO Cidade: POCO VERDE UF: SE

Proximidades: Telefone:

HISTÓRICO

Relata a noticiante que no dia, hora e local supracitados, seu filho JAMYSON DE SANTANA TRINDADE, portador do RG 14470725 02, nascido no dia 23/05/1996, com 18 anos de idade, foi vítima de acidente no seguinte veículo: HONDA/CG 125 FAN ES, placa OEP9327/POÇO VERDE/SE, ano/mod. 2012/2013, cor PRETA, ano/mod. 2012/2013, chassi 9C2JC4120DR507891, renavam 00494152982, em nome de MARIA JOSÉ FERREIRA NUNES; QUE o acidente ocorreu quando JAMYSON conduzia a citada motocicleta, em direção ao Conjunto João Emídio dos Santos, momento que vinha em direção contrária uma outra motocicleta, a qual invadiu a contramão, tendo inevitavelmente causado o acidente; QUE foi acionado a SAMU, a qual socorreu a vítima e encaminhou a Aracaju; QUE em decorrência do ocorrido, JAMYSON sofreu quebra do fêmur, fratura na perna esquerda e fratura em dois dedos da mão esquerda, mais algumas escoriações pelo corpo. Informa que JAMYSON não possui a CNH. NADA MAIS.

Acrescentado por Jose Eribaldo Ferreira dos Santos - 13/10/2015 às 15:23

RELATA O NOTICIANTE: DENISON PAIXÃO RABELO DE SANTANA, RG. 2429084-0 SSP/SE, NATURAL DE POÇO VERDE/SE, FILHO DE JOSÉ CORREIA DE SANTANA E MARIA DO CARMO RABELO DE SANTANA, RESIDENTE NA RUA JOÃO XXIII, Nº 28, CENTRO, POÇO VERDE/SE, QUE FOI A OUTRA VÍTIMA NO ACIDENTE ACIMA NARRADO; QUE, CONDUZIA UMA MOTO, MARCA HONDA/POP 100, COR VERMELHA, PLACA OEO6997, CHASSI: 9C2HB0210CR035724, RENAVAM, REGISTRADA EM NOME DA MESMA VÍTIMA JÁ MENCIONADA, VINDO PELA RODOVIA PEDRO ALMEIDA VALADARES, ~SENTIDO ESTA CIDADE, E NAS IMEDIAÇÕES DO AUTO POSTO TAVARES, COLIDIU FRONTALMENTE COM A OUTRA MOTO, DESCRITA NO HISTÓRICO ACIMA, A QUAL EFETUOU UMA ULTRAPASSAGEM PELA CONTRA MÃO DE DIREÇÃO, VINDO A ATINGIR EM CHEIO A MOTO CONDUZIDA POR DENISON; QUE DA COLISÃO RESTARAM DANOS MATERIAIS E LESÕES EM DENISON, INCLUSIVE TEVE FRATURADO O FÊMUR, QUADRIL E DIVERSOS FERIMENTOS; QUE APÓS O SINISTRO A VÍTIMA FOI SOCORRIDA POR UMA UNIDADE DA SAMU, QUE CONDUZIU A MESMA PARA O HUSE, NA CAPITAL SERGIPANA; QUE ATÉ A PRESENTE DATA SE ENCONTRA EM RECUPERAÇÃO, RESTANDO DEFICIÊNCIAS FÍSICAS DECORRENTES DO ACIDENTE EM TELA. NADA MAIS.

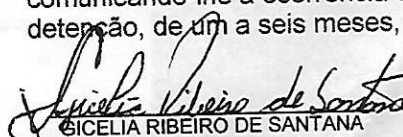
"Válido Somente com o selo de Autenticidade"

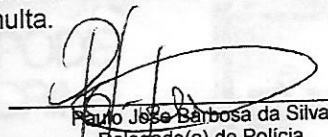


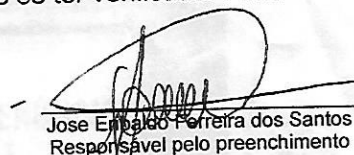
Data e hora da comunicação: 28/10/2014 às 09:17
Responsável pela Alteração: Jose Eribaldo Ferreira dos Santos

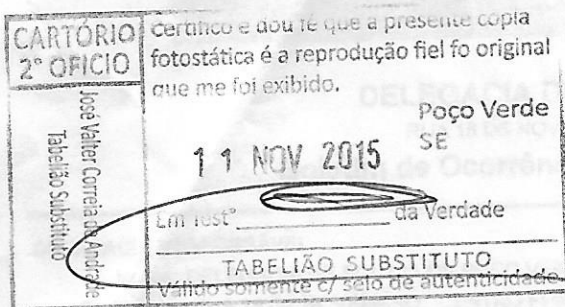
Última Alteração: 13/10/2015 às 15:23.

OBS.: As informações noticiadas pelo declarante/vítima são de sua inteira responsabilidade, cabendo, inclusive, a responsabilização penal daquele que faltar com a verdade no fornecimento das informações, nos termos do artigo 340 do Código Penal Brasileiro: Art. 340 - Provocar a ação de autoridade, comunicando-lhe a ocorrência de crime ou de contravenção que sabe não se ter verificado: Pena - detenção, de um a seis meses, ou multa.


SUELIA RIBEIRO DE SANTANA
Responsável pela comunicação


Paulo Jose Barbosa da Silva
Delegado(a) de Polícia


Jose Eribaldo Ferreira dos Santos
Responsável pelo preenchimento



RELATÓRIO 0932/ 2014 REFERENTE À OCORRÊNCIA

NÚMERO: 1408110312 SR - SAMU

O **SAMU 192 SERGIPE** foi acionado às **18h47min** do dia **11 de Agosto de 2014**, para atendimento a vítima identificada como **Denison Paixão Rabelo de Santana** com relato de **colisão moto x moto**, no município de Poço Verde.

A equipe da **Unidade de Suporte Básico** – do município de Poço Verde removeu a vítima para **Hospital de Urgências de Sergipe - HUSE**, onde deixou paciente aos cuidados da equipe.

Aracaju, 07 de Janeiro de 2015.

Dr. Josefito Monteiro Carvalho
Gerente de Regulação Médica
SAMU 192 - CRMSE 2584

Joselito Monteiro Carvalho

Gerente de Regulação Médica

SAMU 192 SERGIPE

Regulado as 10:50

MS/DATASUS

HOSPITAL GOVERNADOR JOAO ALVES FILHO

No. DO RE: 1038411
ONS-

DATA: 11/08/2014
SETOR: 06-SUTURA

HORA: 22:01

USUARIO: KJSDDORE'S

IDENTIFICACAO DO PACIENTE

NOME : DENISON PAIXAO RABELO DE SANTANA
IDADE.....: 22 ANOS NASC: 17/04/1992
ENDERECO.....: RUA G
COMPLEMENTO.....: BAIRRO: CENTRO
MUNICIPIO.....: POCO VERDE UF: SE CEP....:
NOME PAI/MAE...: JOSE CORREIA DE SANTANA /MARIA DO CARMO RABELO DE
RESPONSAVEL...: PAI SUS 707403043259376 TEL....: 79-
PROCEDENCIA...: POCO VERDE
ATENDIMENTO...: ACIDENTE MOTOCICLISTICO (MOTOS)
CASO POLICIAL..: NAO PLANO DE SAUDE....: NAO TRAUMA: NAO
ACID. TRABALHO: NAO VEIO DE AMBULANCIA: NAO

PA: [X] mmHg PULSO: [] TEMP.: [] PESO: []

EXAMES COMPLEMENTARES: [] RAO X [] SANGUE [] URINA [] TC
[] LIQUOR [] ECG [] ULTRASSONOGRAFIA

SUSPEITA DE VIOLENCIA OU MAUS TRATOS: [] SIM [] NAO

DADOS CLINICOS: *Queixos de dor no abd.* DATA PRIMEIROS SINTOMAS: ___/___/___

Trauma em crania, M.T. 5

ANOTACOES DA ENFERMAGEM:

Assc D OK

DIAGNOSTICO:

CID:

PRESCRICAO

HORARIO DA MEDICACAO

DATA DA SAIDA: *11/08/2014* HORA DA SAIDA: *14:00*
ALTA: [] DECISAO MEDICA [] A PEDIDO [] EVASAO [] DESISTENCIA
[] ENCAMINHADO AO AMBULATORIO *La Coxe*
INTERNACAO NO PROPRIO HOSPITAL (SETOR):

TRANSFERENCIA (UNIDADE DE SAUDE): *Av. 0.000 P.0.0.0*
DEITO: [] ATE 48HS [] APÓS 48HS [] FAMILIA [] IML [] ANAT. PA

ASSINATURA DO PACIENTE/RESPONSAVEL

ASSINATURA E CARIMBO DO MEDICO

Rio de Janeiro, 25 de Agosto de 2017

Carta nº: 11549621

A/C: DENISON PAIXAO RABELO DE SANTANA

Sinistro/Aviso Sinistro Líder: 3170386052 ASL-0272160/17

Vítima: DENISON PAIXAO RABELO DE SANTANA

Data Acidente: 11/08/2014

Natureza: INVALIDEZ

Procurador:

Ref.: EXIGÊNCIA DOCUMENTAL

Prezado(a) Senhor(a),

Recebemos em **22/08/2017** a documentação relativa ao acidente ocorrido em **11/08/2014**. Realizada a análise preliminar, constatamos a necessidade de regularização ou complementação da documentação e/ou informações, conforme descrevemos a seguir:

- Autorização de pagamento não conclusivo

Esclarecemos que o prazo de regulação do processo aberto encontra-se interrompido e se reiniciará a partir do recebimento da documentação acima indicada, juntamente com cópia da presente correspondência, na **Investprev Seguradora S/A** onde o aviso de sinistro foi registrado.

Caso a documentação não seja entregue em até 180 dias, a contar do recebimento desta correspondência, ou não haja qualquer manifestação sua por escrito, o seu pedido de indenização será negado por ausência de comprovação documental.

NÃO PERCA TEMPO!

PROVIDENCIE A DOCUMENTAÇÃO PARA COMPROVAR SEU DIREITO À INDENIZAÇÃO DPVAT;

Em caso de dúvida, entre em contato conosco pelo SAC DPVAT 0800 022 12 04 ou através do nosso site www.seguradoralider.com.br.

Atenciosamente,

Seguradora Líder-DPVAT



RADIOGRAFIA DA BACIA : ARTRODESE COXO-FEMORAL ESQUERDA + FRATURA DIAFISÁRIA DE FÊMUR ESQUERDO CONSOLIDADA

DIAGNÓSTICO : ARTRODESE DO QUADRIL ESQUERDO + SEQUELA NEUROLÓGICA EM MEMBRO INFERIOR ESQUERDO (LESÃO DO COMPONENTE FIBULAR DO NERVO CIÁTICO)

Quesitos:

1) Qual a profissão e/ou trabalho declarado pela parte autora?
TRABALHADOR RURAL

2) A parte autora é portadora de alguma doença ou seqüela decorrente de doença? [SIM/NÃO - Em caso positivo especificá-lo minuciosamente] SIM. A PATOLOGIA EM QUADRIL ESQUERDO (ARTRODESE) E O PÉ CAÍDO FORAM GERADAS PELA GRAVIDADE DA LESÃO (FRATURA-LUXAÇÃO DO QUADRIL ESQUERDO E POR TER SIDO SUBMETIDO À MÚLTIPLAS CIRURGIAS ORTOPÉDICAS EM QUADRIL ESQUERDO). PELO EXAME CLÍNICO PERICIAL, OBSERVO RIGIDEZ DO QUADRIL ESQUERDO/ CLAUDICAÇÃO/ PÉ CAÍDO ESQUERDO. DESTA FORMA, HÁ UMA INCAPACIDADE FÍSICA PERMANENTE PARA O TRABALHO, JÁ QUE HÁ UM PREJUÍZO DEFINITIVO FUNCIONAL EM QUADRIL E EM PÉ ESQUERDO. A PERSPECTIVA DE MARCHA PATOLÓGICA É DEFINITIVA, SEM MELHORA.

2.1) Quais exames, documentos ou antecedentes médicos o periciando apresentou ao perito, e de que datas? RELATÓRIO MÉDICO DO SEU MÉDICO ASSISTENTE : DR. ANTÔNIO FRANCO CABRAL

2.2) Destes, quais foram relevantes para a formação da convicção? EXAME CLÍNICO + RADIOGRAFIA

2.3) A parte autora relata alguma outra doença? NÃO

3) Trata-se de acidente do trabalho, de doença profissional ou doença do trabalho ? (arts. 19 a 21 da Lei 8.213/91). Como? [Justifique] NÃO É ACIDENTE DE TRABALHO , NEM DOENÇA PROFISSIONAL.

4) Em caso de existir doença ou seqüela decorrente de doença, a parte autora está incapacitada para a função que exercia? Se sim, desde que data? [Justifique] SIM. A SINTOMATOLOGIA REFERIDA JUSTIFICA O AFASTAMENTO LABORAL.

DESDE QUE DATA : DESDE QUE OCORREU O ACIDENTE DE MOTO
(11.08.14)

4.1) Na data do requerimento administrativo (ou na data de cessação do benefício anterior, em caso de pedido de restabelecimento) existia incapacidade? SIM

5) Se há incapacidade para a função que exercia, a incapacidade (não a doença) é temporária ou definitiva? [Justifique] INCAPACIDADE FÍSICA PERMANENTE, VISTO QUE HÁ UM PREJUÍZO FUNCIONAL DEFINITIVO EM MEMBRO INFERIOR ESQUERDO.

5.1) Se a incapacidade for temporária, informar: qual a data provável da cessação da incapacidade? INCAPACIDADE PERMANENTE (PARA A ATIVIDADE RURAL)

6) Se a incapacidade para a função que exercia for definitiva, a parte autora tem condições de ser reabilitada para o exercício de outra função? Quais, por exemplo, considerando o grau de instrução, a idade e o local onde a parte autora vive? [Justifique] INCAPACIDADE FÍSICA PERMANENTE E NÃO CONDIÇÃO DE SER REABILITADO EM OUTRA FUNÇÃO, EM FUNÇÃO DO QUADRO ÁLGICO E DA LIMITAÇÃO FUNCIONAL DO MEMBRO INFERIOR ESQUERDO

7) Em caso de incapacidade permanente para o trabalho, a parte autora necessita da assistência de outra pessoa? Se sim, desde quando? [Justifique] NÃO. ELE NÃO PRECISA DA ASSISTÊNCIA DE OUTRA PESSOA.

8) No caso de ter cessado incapacidade temporária: a parte autora recuperou plenamente sua capacidade ou houve a perda, em caráter definitivo, de parcela de sua capacidade laborativa (hipótese de auxílio-acidente de qualquer natureza)? Explique. NÃO RECUPEROU A SUA CAPACIDADE FUNCIONAL E MERECE AFASTAMENTO TEMPORÁRIO DO TRABALHO.

9) A parte autora tem o discernimento necessário para os atos da vida civil? [Justifique] SIM. ELE ENTENDE TUDO QUE É FALADO E RESPONDE AOS QUESTIONAMENTOS SEM PROBLEMAS.

10) Em caso de epilepsia: qual o grau? Ela é refratária à medicação? Qual a frequência das convulsões? NÃO É EPILÉPTICO

11) O(a) periciando(a), em virtude da doença/problema de saúde que o(a) comete, pode ser considerado(a) portador(a) de deficiência, assim entendida o impedimento de longo prazo de natureza física, intelectual, ou sensorial, os

quais, em interação com diversas barreiras, possam obstruir sua participação plena e efetiva na sociedade com as demais pessoas, segundo o disposto nos §§ 2º e 10, do art. 20, da Lei nº 8.742/93? [SIM/NÃO - Justificar detalhadamente]

HÁ INCAPACIDADE PERMANENTE PARA O TRABALHO. HÁ UMA DEFICIÊNCIA FÍSICA, VISTO QUE NÃO CONSEGUE EXECUTAR MOVIMENTOS COM O MEMBRO INFERIOR ESQUERDO.

Nome do Perito: MICHAEL SILVEIRA SANTIAGO

Médico - CRM : 2598

Art. 20. O benefício de prestação continuada é a garantia de um salário-mínimo mensal à pessoa com deficiência e ao idoso com 65 (sessenta e cinco) anos ou mais que comprovem não possuir meios de prover a própria manutenção nem de tê-la provida por sua família. (Redação dada pela Lei nº 12.435, de 2011)

§ 1º Para os efeitos do disposto no caput, a família é composta pelo requerente, o cônjuge ou companheiro, os pais e, na ausência de um deles, a madrasta ou o padrasto, os irmãos solteiros, os filhos e enteados solteiros e os menores tutelados, desde que vivam sob o mesmo teto. (Redação dada pela Lei nº 12.435, de 2011)

§ 2º Para efeito de concessão deste benefício, considera-se pessoa com deficiência aquela que tem impedimentos de longo prazo de natureza física, mental, intelectual ou sensorial, os quais, em interação com diversas barreiras, podem obstruir sua participação plena e efetiva na sociedade em igualdade de condições com as demais pessoas. (Redação dada pela Lei nº 12.470, de 2011)

(...);

§ 10. **Considera-se impedimento de longo prazo**, para os fins do § 2º deste artigo, aquele que produza efeitos pelo prazo mínimo de 2 (dois) anos. (Incluído pela Lei nº 12.470, de 2011) (grifado)

Art. 5º Os órgãos da administração pública direta, indireta e fundacional, as empresas prestadoras de serviços públicos e as instituições financeiras deverão dispensar atendimento prioritário às pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida.

§ 1º Considera-se, para os efeitos deste Decreto:

I - pessoa portadora de deficiência, além daquelas previstas na Lei no 10.690, de 16 de junho de 2003, a que possui limitação ou incapacidade para o desempenho de atividade e se enquadra nas seguintes categorias:

a) deficiência física: alteração completa ou parcial de um ou mais segmentos do corpo humano, acarretando o comprometimento da função física, apresentando-se sob a forma de paraplegia, paraparesia, monoplegia, monoparesia, tetraplegia, tetraparesia, triplicia,

triparesia, hemiplegia, hemiparesia, ostomia, amputação ou ausência de membro, paralisia cerebral, nanismo, membros com deformidade congênita ou adquirida, exceto as deformidades estéticas e as que não produzam dificuldades para o desempenho de funções;

b) deficiência auditiva: perda bilateral, parcial ou total, de quarenta e um decibéis (dB) ou mais, aferida por audiograma nas frequências de 500Hz, 1.000Hz, 2.000Hz e 3.000Hz;

c) deficiência visual: cegueira, na qual a acuidade visual é igual ou menor que 0,05 no melhor olho, com a melhor correção óptica; a baixa visão, que significa acuidade visual entre 0,3 e 0,05 no melhor olho, com a melhor correção óptica; os casos

nos quais a somatória da medida do campo visual em ambos os olhos for igual ou menor que 60°; ou a ocorrência simultânea de quaisquer das condições anteriores;

d) deficiência mental: funcionamento intelectual significativamente inferior à média, com manifestação antes dos dezoito anos e limitações associadas a duas ou mais áreas de habilidades adaptativas, tais como: 1. comunicação; 2. cuidado pessoal; 3. habilidades sociais; 4. utilização dos recursos da comunidade; 5. saúde e segurança; 6. habilidades acadêmicas; 7. lazer; e 8. trabalho;

e) deficiência múltipla - associação de duas ou mais deficiências; e

II - pessoa com mobilidade reduzida, aquela que, não se enquadrando no conceito de pessoa portadora de deficiência, tenha, por qualquer motivo, dificuldade de movimentar-se, permanente ou temporariamente, gerando redução efetiva da mobilidade, flexibilidade, coordenação motora e percepção.



PREVIDÊNCIA SOCIAL
INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL

CARTA DE CONCESSÃO / MEMÓRIA DE CÁLCULO

SEQ: 004161
DATA: 10/01/2017

NOME		OL	NB
DENISON PAIXAO RABELO DE SANTANA (NIT: 2675953266-8)		22.001.140	702.348.746-9

COMUNICAMOS QUE LHE FOI CONCEDIDO **BENEFICIO PREST. CONTINUADA ASSIST. SOCIAL PESSO**
702.348.746-9 REQUERIDO EM **01/07/2016** COM RENDA MENSAL DE **R\$ 880,00** CALCULADA CONFORME ABAIXO,
COM INÍCIO DE VIGÊNCIA A PARTIR DE **01/07/2016**
CASO NÃO TENHA FEITO OPÇÃO PELO CRÉDITO EM CONTA CORRENTE OU POUPANÇA, COMPAREÇA A PARTIR DE **31/01/2017** NA INSTITUIÇÃO BANCÁRIA
INDICADA ABAIXO, MUNIDO, OBRIGATORIAMENTE, DO DOCUMENTO DE IDENTIFICAÇÃO APRESENTADO NO ATO DO REQUERIMENTO DO BENEFÍCIO, OS CRÉDITOS
SUBSEQUENTES SERÃO EFETUADOS NO **1** DIA ÚTIL DE CADA MÊS.

ORGÃO PAGADOR/AGÊNCIA BANCÁRIA: **560076 - BRADESCO - PAA POCO VERDE**
AV. EPIFANIO DOREA, 37 CENTRO
VIA SEGURADO

Leonardo de Melo Gadelha
Presidente do INSS

RENDA MENSAL INICIAL (EM: R\$) 880,00

DISCRIMINATIVO DE CREDITOS DE ATRASADOS ANO ANTERIOR (VALORES EXPRESSOS EM REAL)

DATAS: REGUL.DOCUMENTACAO 18/11/2016 INICIO PAGAMENTO 01/07/2016

07/2016	REND.MENSAL	880,00	CORR.MONET.	6,77	LIQUIDO	886,77
08/2016	REND.MENSAL	880,00	CORR.MONET.	4,04	LIQUIDO	884,04
09/2016	REND.MENSAL	880,00	CORR.MONET.	3,34	LIQUIDO	883,34
10/2016	REND.MENSAL	880,00	CORR.MONET.	1,84	LIQUIDO	881,84
11/2016	REND.MENSAL	880,00	CORR.MONET.	1,23	LIQUIDO	881,23

ADIANTAMENTO P/ARREDONDAMENTO DO CREDITO 0,78

TOTAL BRUTO	4.418,00	DESCONTO	0,00	LIQUIDO	4.418,00
--------------------	-----------------	-----------------	-------------	----------------	-----------------

DISCRIMINATIVO DE CREDITOS DE ATRASADOS (VALORES EXPRESSOS EM REAL)

DATAS: REGUL.DOCUMENTACAO 18/11/2016 INICIO PAGAMENTO 01/07/2016

12/2016	REND.MENSAL	880,00		LIQUIDO	880,00
TOTAL BRUTO	880,00	DESCONTO	0,00	LIQUIDO	880,00

DISCRIMINATIVO DE CREDITOS DO MES

01/2017	REND.MENSAL	937,00			
TOTAL BRUTO	937,00	DESCONTO	0,00	LIQUIDO	937,00



Poder Judiciário
Do Estado de Sergipe

POÇO VERDE DA COMARCA DE POÇO VERDE
Av. São José, Bairro Centro, Poço Verde/SE, CEP 49490000
Horário de Funcionamento: 07:00 às 13:00

PROCESSO:

201979000374

DATA:

26/02/2019

MOVIMENTO:

Conclusão

DESCRIÇÃO:

.{Via Movimentação em Lote nº 201900159}

LOCALIZAÇÃO:

Juiz

PUBLICAÇÃO:

Não



Poder Judiciário
Do Estado de Sergipe

POÇO VERDE DA COMARCA DE POÇO VERDE
Av. São José, Bairro Centro, Poço Verde/SE, CEP 49490000
Horário de Funcionamento: 07:00 às 13:00

PROCESSO:

201979000374

DATA:

28/02/2019

MOVIMENTO:

Despacho

DESCRIÇÃO:

.

Designo o dia 11/04/2019 às 11h:00min para que seja realizada audiência Conciliação.

LOCALIZAÇÃO:

Secretaria

PUBLICAÇÃO:

Sim



**Poder Judiciário do Estado de Sergipe
Poço Verde**

Nº Processo 201979000374 - Número Único: 0000379-18.2019.8.25.0061

Autor: DENISON PAIXÃO RABELO DE SANTANA

Réu: SEGURADORA LIDER

Movimento: Despacho >> Mero Expediente

Defiro a gratuidade judiciária.

Designo audiência de conciliação para o dia 11/04/2019, às 11h00min, neste fórum.

Cite-se e intime-se o demandado. O prazo para contestação (de quinze dias úteis, em dobro, quando aplicável) será contado: (i) a partir da realização da audiência ou, (ii) se manifestado desinteresse pelo réu naquela solenidade em até 10 (dez) dias antes da data aprazada, a partir da partir do protocolo daquele pedido de cancelamento.

A ausência de contestação implicará revelia e presunção de veracidade da matéria fática apresentada na petição inicial. Tratando-se de processo eletrônico, em prestígio às regras fundamentais dos artigos 4º e 6º, do CPC fica vedado o exercício da faculdade prevista no artigo 340, do CPC.

Advirtam-se às partes que o comparecimento na audiência é obrigatório (pessoalmente ou por intermédio de representante, por meio de procuração específica, com outorga de poderes para negociar e transigir). A ausência injustificada é considerada ato atentatório à dignidade da justiça, sendo sancionada com multa de até dois por cento da vantagem econômica pretendida ou do valor da causa. As partes devem estar acompanhadas de seus advogados.

Decorrido o prazo para contestação, intime-se a parte autora para que, no prazo de quinze dias úteis, apresente manifestação, oportunidade em que: (i) havendo revelia, informe se quer produzir outras provas ou se deseja o julgamento antecipado; (ii) havendo contestação, manifeste-se em réplica, inclusive com contrariedade e apresentação de provas relacionadas a eventuais questões incidentais; (iii) sendo formulada reconvenção com a contestação ou no seu prazo, apresente resposta à reconvenção.

Parte autora intimada por publicação.



Documento assinado eletronicamente por **OTAVIO AUGUSTO BASTOS ABDALA, Juiz(a) de Poço Verde**, em 28/02/2019, às 12:34:45, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A conferência da **autenticidade do documento** está disponível no endereço eletrônico www.tjse.jus.br/portal/servicos/judiciais/autenticacao-de-documentos, mediante preenchimento do número de consulta pública **2019000503516-25**.



Poder Judiciário
Do Estado de Sergipe

POÇO VERDE DA COMARCA DE POÇO VERDE
Av. São José, Bairro Centro, Poço Verde/SE, CEP 49490000
Horário de Funcionamento: 07:00 às 13:00

PROCESSO:

201979000374

DATA:

01/03/2019

MOVIMENTO:

Certidão

DESCRIÇÃO:

Expedi carta nº 201979000374.

LOCALIZAÇÃO:

Secretaria

PUBLICAÇÃO:

Não



Poder Judiciário
Do Estado de Sergipe

POÇO VERDE DA COMARCA DE POÇO VERDE
Av. São José, Bairro Centro, Poço Verde/SE, CEP 49490000
Horário de Funcionamento: 07:00 às 13:00

PROCESSO:

201979000374

DATA:

07/03/2019

MOVIMENTO:

Expedição de Documento

DESCRIÇÃO:

Mandado de 201979000934 do tipo (NCPC) - Intimação Parte do Processo Audiência de Conciliação
[TM4146,MD149]

{Destinatário(a): SEGURADORA LIDER}

LOCALIZAÇÃO:

Secretaria

PUBLICAÇÃO:

Não



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SERGIPE
Poço Verde
Av. São José, S/N
Bairro - Centro Cidade - Poço Verde
Cep - 49490-000 Telefone - (79)3549-1301

Normal(Justiça Gratuita)



201979000934

PROCESSO: 201979000374 (Eletrônico)
NÚMERO ÚNICO: 0000379-18.2019.8.25.0061
NATUREZA: Procedimento Comum
REQUERENTE: DENISON PAIXÃO RABELO DE SANTANA
REQUERIDO: SEGURADORA LIDER

CARTA DE INTIMAÇÃO

O(A) Exmo(a). Juiz(a). de Direito de Poço Verde, Estado de Sergipe,,

MANDA o Oficial de Justiça designado que, em cumprimento ao presente, intime a parte abaixo identificada para comparecer neste Juízo, a fim de participar da audiência de Conciliação.

Data e hora da Audiência: 11/04/2019 às 11:00:00, **Local:**

Observação: Sendo indubitoso o interesse público na justa e rápida resolução dos conflitos, as partes devem comparecer à audiência de conciliação com espírito aberto ao diálogo e, na medida do possível, com uma proposta de acordo. (art. 17, I da Resolução 13/2015).

Advertência: O não comparecimento injustificado do autor ou do réu à audiência de conciliação é considerado ato atentatório à dignidade da Justiça e será sancionado com multa de até dois por cento da vantagem econômica pretendida ou do valor da causa, revertida em favor da União ou do Estado, de acordo com o § 8º do Art. 334 do CPC.

Qualificação da parte a ser intimada:

Nome: SEGURADORA LIDER
Residência: Rua Senador Dantas, 5º andar, 74
Bairro: Centro
Cidade: Rio de Janeiro - RJ - RJ

[TM4146, MD149]



Documento assinado eletronicamente por **Fabiana Gonçalves de Santana, Escrivão/Chefe de Secretaria/Secretário/Subsecretário de Poço Verde**, em 07/03/2019, às 12:37:31, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A conferência da **autenticidade do documento** está disponível no endereço eletrônico www.tjse.jus.br/portal/servicos/judiciais/autenticacao-de-documentos, mediante preenchimento do número de consulta pública **2019000533405-71**.



Poder Judiciário
Do Estado de Sergipe

POÇO VERDE DA COMARCA DE POÇO VERDE
Av. São José, Bairro Centro, Poço Verde/SE, CEP 49490000
Horário de Funcionamento: 07:00 às 13:00

PROCESSO:

201979000374

DATA:

13/03/2019

MOVIMENTO:

Certidão

DESCRIÇÃO:

AGUARDA-SE A REALIZAÇÃO DA AUDIÊNCIA DESIGNADA.

LOCALIZAÇÃO:

Secretaria

PUBLICAÇÃO:

Não



Poder Judiciário
Do Estado de Sergipe

POÇO VERDE DA COMARCA DE POÇO VERDE
Av. São José, Bairro Centro, Poço Verde/SE, CEP 49490000
Horário de Funcionamento: 07:00 às 13:00

PROCESSO:

201979000374

DATA:

26/03/2019

MOVIMENTO:

Juntada

DESCRIÇÃO:

Aviso de Recebimento de AR Digital nº 201979000934, conforme arquivo em anexo. Objetivo: Atingido

{Destinatário(a): SEGURADORA LIDER}

LOCALIZAÇÃO:

Secretaria

PUBLICAÇÃO:

Não



DESTINATÁRIO

SEGURADORA LIDER

Rua Senador Dantas nº 74, 5º andar. Centro.

20031205 - Rio de Janeiro - RJ

AR984667008SG



CARIMBO
UNIDADE DE ENTREGA

13 MAR 2015
RJ

ENDEREÇO PARA DEVOLUÇÃO DO AR - Centralizador Regional

DECLARAÇÃO DE CONTEÚDO (OU INFORMAÇÕES DE INTERESSE DO CLIENTE - OPCIONAL)

Referente ao processo de nro. 201979000374 e mandado nro. 201979000934

TENTATIVAS DE ENTREGA

1ª ____/____/____:

2ª ____/____/____:

3ª ____/____/____:

ATENÇÃO:

Após a 3ª

tentativa,

devolver o

objeto.

MOTIVOS DE DEVOLUÇÃO

☐ 1

Mudança

☐ 2

Endereço insuficiente

☐ 3

Não existe o número

☐ 4

Desconhecido

☐ 5

Outros

☐ 5

Recusado

☐ 6

Não procurado

☐ 7

Ausente

☐ 8

Falecido

RUBRICA E MATRÍCULA DO

CARTEIRO

Ana Cláudia

Mat.: 8.957.275

ASSINATURA DO RECEBEDOR

Marcella Muniz Fernandes

RG 132853615

DATA DE ENTREGA

NOME LEGÍVEL DO RECEBEDOR

Nº DOC. DE IDENTIDADE